



Queiroga perto de pôr fim à pandemia

Pressionado por Bolsonaro, ministro deve gravar neste domingo pronunciamento anunciando término da emergência em saúde

» MARIA EDUARDA CARDIM

O ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, pode começar a pôr fim na Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) pela covid-19 no domingo de Páscoa, quando está prevista a gravação de pronunciamento do médico, segundo fontes consultadas pelo **Correio**. A exibição do anúncio pode, inclusive, ocorrer no mesmo dia. A possibilidade é estudada em conjunto com o Palácio do Planalto, já que o presidente Jair Bolsonaro (PL) promete o fim da emergência sanitária desde o último mês. No entanto, segundo a pasta da Saúde, oficialmente, ainda não há definição sobre a data do pronunciamento.

Questionado, Queiroga informou ainda estar “estudando” rebaixar a pandemia, mas se disse “tranquilo” já que o cenário epidemiológico do Brasil atual está “controlado”. Ontem, foram identificadas mais 140 mortes pela doença e confirmados 23.171 casos. Para o ministro, o principal ponto de atenção é o impacto regulatório da decisão. “O Rio de Janeiro vai fazer um carnaval na semana que vem, por exemplo. É preciso avaliar o impacto regulatório da decisão discricionária do ministro. É uma decisão discricionária, mas não é solitária”, pontuou.

Em razão disso, foram realizadas várias reuniões entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a pasta e a Casa Civil. A última delas, na segunda-feira. Um dos principais pontos discutidos entre os envolvidos foi uma solução para que as vacinas e medicamentos contra covid-19 que não possuem o registro definitivo da Anvisa continuem sendo utilizados no Brasil, já que, caso a emergência sanitária acabe, o uso desses fármacos autorizados apenas para uso emergencial estariam proibidos.

O guia da Anvisa para solicitação de autorização temporária de uso emergencial (AUE) de medicamentos contra coronavírus indica que essa permissão só

Walterson Rosa/MS



“Estamos estudando”, diz chefe da pasta da Saúde sobre mudar a classificação do coronavírus de pandemia para endemia

será válida enquanto perdurar a situação de emergência nacional de saúde pública. “A autorização temporária de uso emergencial será automaticamente suspensa a partir da publicação do ato que suspenda o reconhecimento da Espin, até que seja apresentado o pedido de registro do medicamento junto à Anvisa”, informou o documento.

Medicamentos

Atualmente, a única vacina contra covid-19 sem registro definitivo no Brasil é a CoronaVac, produzida pelo Instituto Butantan no Brasil. No caso de medicamentos, alguns possuem apenas autorização para uso emergencial no país. É o caso do Paxlovid,

fabricado pela farmacêutica americana Pfizer, que é composto por comprimidos de nirmatrelvir e ritonavir.

O Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos (SC-TIE), abriu ontem uma consulta pública para avaliar a incorporação do medicamento para o tratamento da covid-19 no Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, caso a emergência de importância nacional fosse revogada hoje, esse medicamento não poderia ser usado no país.

A abertura da consulta, feita após parecer inicial favorável da Comissão Nacional de Incorporação de



Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec), foi publicada no *Diário Oficial da União (DOU)*. As contribuições poderão ser feitas em um prazo de 10 dias a contar do dia útil seguinte à data de publicação da mesma.

Após as contribuições, a Conitec avalia novamente a incorporação do remédio ao SUS e faz a recomendação final ao Ministério da Saúde.

Vacinação privada

Queiroga também comentou nessa quinta-feira sobre a possibilidade de liberação da vacinação contra covid-19 na rede privada. O chefe da pasta da Saúde

explicou que a proibição da imunização contra o novo coronavírus em clínicas privadas acontece por causa de uma legislação feita no passado. “Essa legislação foi motivada por uma exiguidade de vacinas a nível mundial. Então, (a vacinação) se restringiu ao poder público, mas agora, que nós temos imunizantes suficientes, essa legislação perde o seu objeto”, explicou.

A lei citada por Queiroga é a nº 14.125, de março do ano passado, que permite que empresas do setor privado comprem vacinas contra a covid-19, desde que estas sejam integralmente doadas ao Sistema Único de Saúde (SUS) para serem utilizadas no Programa Nacional de Imunizações (PNI).

Mais mortes em cidades bolsonaristas

» TALITA DE SOUZA

Pesquisa mostra que os municípios de Minas Gerais onde Jair Bolsonaro (PL) foi mais votado sofrem com maior número de casos e mortes pela covid-19. Essas 445 cidades registraram taxa de infectados 30% maior do que nos municípios que escolheram outros candidatos no pleito de 2018.

A relação foi feita pela Sociedade Mineira de Infectologia e da Associação Mineira de Epidemiologia e Controle de Infecções, em um estudo que será apresentado no Congresso Europeu de Microbiologia Clínica e Doenças Infecciosas (EC-CMID), em Lisboa, Portugal.

Para a análise, os pesquisadores utilizaram dados de casos e mortes da covid-19, taxas de vacinação contra a doença e os resultados das eleições de 2018, extraídos de sites oficiais do governo, referentes aos 885 municípios do estado mineiro. A taxa de incidência foi calculada por 100 mil residentes de cada município entre 21 de janeiro e 10 de novembro de 2021. O resultado foi a diferença expressiva nos redutos eleitorais em que Bolsonaro liderou.

Nos 445 municípios onde o presidente venceu a disputa no segundo turno, a taxa de incidência da doença foi de 7,6%. Nas 408 onde o presidente perdeu, foi de 5,6%. Já a taxa de mortalidade por covid-19 por 100 mil habitantes foi de 212 nos municípios onde o atual presidente ganhou as eleições, número 60% maior do que nos municípios onde ele perdeu (132).

Os pesquisadores ressaltam que o resultado é de caráter observacional ecológico e que apenas sugere a possibilidade da relação entre acreditar na postura de Bolsonaro em relação à pandemia e as consequências negativas de casos e mortes maiores do que entre não eleitores do chefe do Executivo.

SOCIEDADE

Bilhete ajuda Marinha a achar naufragos em ilha deserta no PA

» ISABEL DOURADO

Um bilhete encontrado em uma garrafa pet amarrada a uma boia levou a Marinha do Brasil ao paradeiro dos seis tripulantes da embarcação “Bom Jesus”. Eles chegaram a ser dados como desaparecidos, já que não havia contato com os familiares desde 27 de março. O grupo foi resgatado na quarta-feira, na Ilha das Flechas, que fica a aproximadamente 150 quilômetros de Belém, no Pará, em “bom estado geral de saúde”. Os socorristas foram acionados após pescadores encontrarem a garrafa com bilhete.

“Socorro, socorro! Precisamos de ajuda, nosso barco pegou fogo, estamos há 13 dias na Ilha das Flechas (sic) sem comida. Avise nossas famílias”, diz o bilhete, escrito em letras garrafais, em que os desaparecidos também listaram o número de telefone dos familiares.

Em conjunto com órgãos estaduais a Marinha conseguiu montar uma operação de busca e resgate. Após serem resgatados, os

tripulantes foram levados para Belém e passaram por um primeiro atendimento médico no hospital do 4º Distrito Naval. Em seguida foram para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Sacramenta.

Conforme a Marinha, a embarcação partiu, no dia 24 de março, de Santarém com destino ao município de Chaves, quando foram surpreendidos por um temporal. Eles procuravam alguma praia para aguardar melhora no tempo quando perceberam um incêndio que se alastrava na cozinha, que causou o naufrágio.

Os seis naufragos ficaram 17 dias na ilha. Durante o período, dividiram alimentos que estavam no barco e usaram água da chuva. Dois dos naufragos, então, tiveram a ideia de colocar um bilhete dentro de uma garrafa. Amarraram o recipiente em uma boia e jogaram o conjunto no mar. Pescadores encontraram a mensagem e alertaram as autoridades locais.

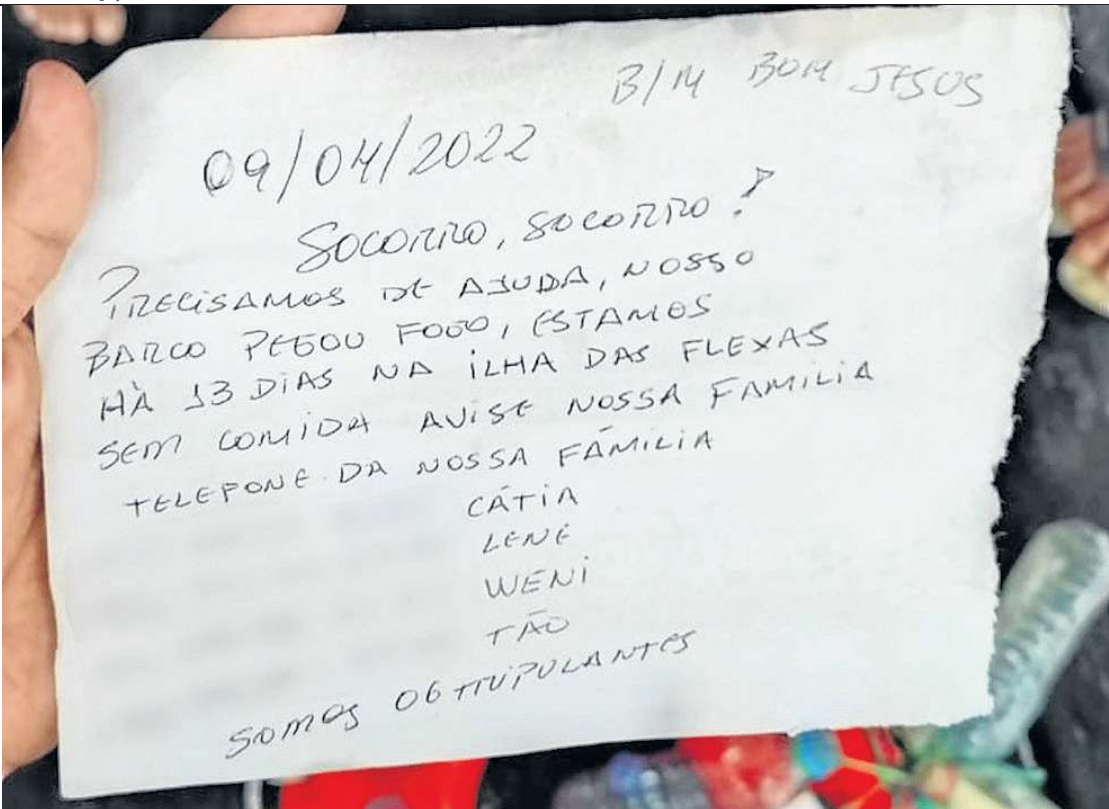
A Marinha informou ter colaborado com órgãos estaduais no

resgate. Os desaparecidos foram levados para Belém em um helicóptero Super Cougar. Na aeronave, foram atendidos pelos militares, que prestaram os primeiros socorros. Segundo a Secretaria Municipal de Saúde de Belém (Sesma), a equipe médica que atendeu os tripulantes em Belém informou que eles estavam bastante desidratados.

Entenda o caso

Os tripulantes do “Bom Jesus” partiram de Santarém para levar uma carga ao município de Chaves, no Marajó. O último contato dos tripulantes aconteceu em 26 de março, segundo informações passadas por familiares à Polícia Civil. Dois vídeos feitos pelo policial militar que fazia a escolta da carga circularam esta semana nas redes sociais. Em um vídeo compartilhado com a família, Valdeney Dolzanes Reis mostra a embarcação encalhada. Ele conta, na gravação, que os tripulantes aguardavam a maré subir para poderem dar sequência à viagem.

Marinha/Divulgação



Seis tripulantes que estavam desaparecidos foram resgatados na Ilha das Flechas no Pará

Ao chegar em Chaves, eles teriam sido informados que a pessoa que receberia a carga desistiu de fazer a retirada e, para não perder a viagem, eles levariam a encomenda até Nazaré, também na região do Marajó. Desde então os familiares não tiveram

mais contato com os tripulantes.

Além de Reis, estavam desaparecidos: Antônio Oliveira dos Santos, maquinista mecânico; Leilane Carla Ferreira Guimarães, cozinheira; Cristiano de Azevedo Figueira, marinheiro; Joelson da Silva Costa, responsável pela

carga; e “Negão”, maquinista.

A Marinha vai instaurar um inquérito para apurar causas, circunstâncias e responsabilidades do acidente.

***Estagiária sob a supervisão de Andreia Castro**